



**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Junior Mochi e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia à gloriosa categoria dos professores e servidores administrativos da educação. Registro a presença do professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems; da professora Deumeires, vice-presidente, e do professor Gilvano, presidente da ACP de Campo Grande. *“Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta da Trigésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 390, 391, 394, 397 a 399/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 532, 533, 534 e 548/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Zeca do PT e Paulo Corrêa. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Rafael Tavares, Marcio Fernandes, Junior Mochi, João Mattogrosso, Zé Teixeira e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os Deputados Rafael Tavares e Pedrossian Neto. ORDEM DO DIA – Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 5/2023, de autoria do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Projeto de Lei nº 19/2023, de autoria do deputado Jamilson Name. Foi pedido vista pelo deputado Coronel David do Projeto de Lei nº 76/2023, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada à Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao município de Laguna Carapã, pela realização do 23º Concurso do Pé de Soja Solteiro e pelos trinta e um anos de fundação do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares ambientais Cabo Bruno César Malheiros dos Santos e Cabo Luiz Henrique da Silva*



Ferreira, pelo reconhecimento ao salvamento de um senhor que estava se afogando na Barra do Aquidauana e Touro Morto; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Londres Machado, ao Capítulo Campo Grande Nº 10 da Ordem DeMolay do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à IV Edição Virtual, Nacional e Internacional de "Romarias das Histórias 2023", coordenada pelos ilustres Marcos Coelho Cardoso e Maria Aliender; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à senhora Maria José da Costa, pela sua brilhante atuação como presidente da Academia de Letras em Sete Quedas, bem como pela participação na IV Edição Virtual, Nacional e Internacional de "Romarias das Histórias 2023"; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Isadora Dalbosco Marchesan, estudante do primeiro semestre do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados, pela sua notável atuação em diversos projetos de pesquisa, extensão e ensino, bem como pela sua aprovação na University of British Columbia, em Vancouver, no Canadá; requerimento de informações, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Lia Nogueira, Pedro Kemp, João Mattogrosso, Rafael Tavares, Coronel David, Zé Teixeira, Renato Câmara e Neno Razuk. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna para as falas da senhora Zaira Brito, representando o presidente da "Segunda Casa", pastor Silvano Senna, e do juiz de direito Robson Celeste Candeloro, titular da Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente, para a abertura dos trabalhos do "Maio Laranja", mês de enfrentamento e combate à violência e abuso sexual contra crianças. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra a deputada Mara Caseiro. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de maio do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da Primeira-Secretaria, o nobre deputado Junior Mochi, que fará a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Junior Mochi - MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, professores e professoras que se fazem presentes e prestigiam a nossa Sessão. Expediente da Sessão Ordinária do dia 3 de maio de 2023: Mensagem nº 11/2023, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que "Institui o Programa Estadual de Qualificação Profissional para Motoristas de Veículos de Cargas e de Ônibus – Voucher Transportador, e dá outras providências"; Ofícios nºs 395, 396 e 425/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gerson Claro, Neno Razuk, Coronel David, Roberto Hashioka e Rafael Tavares. Ofício nº 143/2023, da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, respondendo ao requerimento do deputado Antonio Vaz. Feita a leitura do expediente, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, porém, quero agradecer a presença dele que, se não me engano, já esteve na semana passada fazendo um pronunciamento nesta Casa, que é a Casa da democracia que ouve o clamor às demandas da sociedade, obedecendo todos os princípios que a democracia nos impõe. Agradeço a presença do



professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems, e agradeço, desde já, a todos os professores e professoras, reafirmando o compromisso desta Casa em fazer um bom debate e o encaminhamento das demandas com respeito, cumprindo as determinações legais. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas deputados. Trago nesta manhã um projeto de lei que dispõe sobre regras de priorização na tramitação de processos administrativos em ações que envolvam mulheres vítimas de feminicídio, violência doméstica e sexual. Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, regras de priorização da tramitação de processos administrativos em ações que envolvam vítimas de feminicídio, violência contra as mulheres e estupro. Os processos administrativos que visem promover os direitos de vítimas de violência contra as mulheres e estupro, deverão observar na fase de apuração, elaboração, execução e na análise de processos pelos órgãos e autarquias do estado de Mato Grosso do Sul, a especialização e a prioridade legal de tramitação. A prioridade processual deverá ser aplicada por meio de utilização de procedimental processual, por meio de instrumentos, tais como a automação processual, revisão de rotinas de trabalho, expedição de normativas orientadoras, monitoramento das atividades, fiscalização, transparência, pesquisa, desenvolvimento e implementação de rotinas, mecanismos e instrumentos que otimizam os resultados, outras que comprovarem eficientes para o aprimoramento processual. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, tenho duas indicações. A primeira é que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando o reforço do policiamento ostensivo na região do bairro Moreninhas, em Campo Grande. Os moradores do bairro Moreninhas estão bastante preocupados com o aumento da violência na região, motivo pelo qual procuraram nosso gabinete, solicitando o reforço do policiamento ostensivo, com a finalidade de manter a ordem pública, reprimindo cometimento de infrações no local e proporcionando segurança à população. A outra propositura é uma moção de pesar à senhora Megh Firmino, em razão do falecimento de seu pai. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, eu tenho uma moção de pesar, mas vou colocá-la sobre a mesa para poder agilizar a nossa Sessão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Não havendo mais oradores, declaro encerrado o Pequeno



Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Gerson Claro: uma indicação (Prot. nº 02014/2023). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de pesar (Prot. nº 02028/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 02035/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02029/2023, 02018/2023); duas indicações (Prot. nºs 02017/2023, 02017/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: um projeto de lei (Prot. nºs 02013/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma moção de congratulação (Prot. nº 02027/2023); uma indicação (Prot. nº 02026/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02039/2023, 02039/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um requerimento (Prot. nº 02032/2023); uma indicação (Prot. nº 02037/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: um projeto de lei (Prot. nº 02033/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02030/2023); um requerimento (Prot. nº 02031/2023); uma indicação (Prot. nº 02034/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02024/2023, 02023/2023, 02021/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02022/2023); um projeto de resolução (Prot. nº 02022/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02020/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02036/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. No Grande Expediente, com palavra, o nobre deputado Lucas de Lima. Transferida. Com palavra, o nobre deputado Zeca do PT. Transferida. Com palavra, o nobre deputado Antonio Vaz. Transferida. Com palavra, o nobre deputado Renato Câmara. Transferida. Com palavra, a nobre deputada Lia Nogueira. Transferida. Com palavra, a nobre deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão do orador — Bom dia! Vou abaixar o som porque a minha internet não está funcionando bem. Eu gostaria de me manifestar com relação à saúde da educação. Primeiramente gostaria de cumprimentar o presidente e os nobres colegas que estão à mesa. Cumprimento também todos os meus colegas professores, professoras, servidores e servidoras administrativas que estão hoje no Plenário, minhas amigas e amigos, companheiras e companheiros de muitas lutas. Hoje eu venho aqui para falar um pouco sobre a saúde da educação. Recentemente eu estive numa reunião com o governador do estado, com o secretário de estado de Educação, com o secretário de estado de Administração, com outros deputados presentes e com os representantes da Fetems. Na oportunidade eu falei sobre a importância de a gente valorizar a categoria, não só pensando na categoria, mas pensando como isso influencia na saúde da educação. Há muito tempo nós, dentro das escolas, vivenciamos um processo da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que diz que temos que cuidar da saúde mental dos nossos alunos. A gente tem de ter um cuidado especial no trabalho de recepção com os alunos. Mas em todo o momento desse debate a gente também tem pensado: quem está cuidando de nós? Quem está cuidando da categoria? No início deste ano, nós ouvimos e vimos pelas mídias notícias de que o governador iria garantir o reajuste do piso nacional para os professores e professoras da educação, e nós esperamos, criamos expectativa em torno disso. Há algum tempo, os professores e as professoras contratados da educação, servidoras e servidores, tiveram seus salários reduzidos pela metade em relação ao salário dos professores efetivos. E me preocupa neste momento não vermos a política de reajuste salarial dos professores dentro



desse projeto de lei. Isso me faz pensar que talvez a política garantida pelo governador, enquanto candidato no ano passado, seja de reduzir salário dos professores efetivos, porque na mesa de negociação, enquanto nós conversávamos com o governador, fiquei bastante preocupada com o futuro da lei do piso da educação em Mato Grosso do Sul. Chamou-me muito a atenção não querer garantir sequer a planilha com os valores, nem publicar a tabela de valores dos professores e professoras; e nos isso traz muita preocupação. Eu gostaria também de me manifestar dizendo que o aumento de apenas 5% para os servidores e servidoras administrativos da educação é um descaso muito grande. São essas pessoas que estão em contato direto com os estudantes, meninas e meninos dentro da escola, conversando e os tratando com todo o carinho. Algum tempo atrás, conversando com uma servidora administrativa, ela me mostrou seu holerite, onde sobravam apenas duzentos reais por mês para receber. Eu perguntei a ela: por que só isso? Ela me respondeu que tinha empréstimos, e então perguntei: mas por que a senhora fez empréstimos? E ela me respondeu: "Foi necessário fazer empréstimo para eu poder comprar remédio, porque minha filha adoeceu"! Essa é a vida que servidoras administrativas vivem no processo da educação. São essas as pessoas que estão cuidando e atendendo com todo o carinho os meninos e as meninas, crianças e adolescentes que estão na escola. Portanto é necessária uma atenção especial, é necessário que o governo olhe para essas pessoas e valorize o trabalho delas. Nós não podemos ter trabalhadores e trabalhadoras servindo o estado e as pessoas, sem que sejam valorizados. Nós não podemos ter servidores tão desvalorizados ao ponto de receberem um salário que não dá para comprar remédios para os seus filhos e filhas; isso é necessidade básica. Então é importante, neste momento, garantir uma valorização que contemple as necessidades das pessoas. O estado tem por obrigação cuidar das pessoas. Servidores públicos têm esse trabalho e esse compromisso; é assim que nós tratamos e que dialogamos dentro da educação. O governador não enxergar essa valorização neste momento nos traz bastante tristeza. É preciso considerar que os servidores e servidoras estão trabalhando sob muita opressão. Na oportunidade eu disse ao governador o que está adoecendo a categoria: é a política do governo, pois é uma política de burocracia, de opressão e massacre, que não vê e não tem como objetivo a qualidade da educação. Todos os sábados letivos nós estamos nas escolas, e eu, como professora, recentemente participei e vivenciei essa realidade. Nós estivemos dentro das escolas, nos sábados letivos, discutindo às vezes coisas que não eram de interesse da nossa escola, mas porque o governo mandou. Nós não temos mais nem tempo para discutir os problemas da escola, porque estamos cheios de burocracia. Professores e professoras estão com um número enorme de salas de aula, com grande quantidade de estudantes em várias escolas, porque a política da Secretaria de Estado de Educação está massacrando os professores e as professoras e, assim como a política no governo passado, professores contratados tiveram seu salário reduzido. Mas agora a gente percebe que os professores e professoras efetivas também não entram nesse projeto de lei. Então, neste momento eu quero demonstrar toda a minha solidariedade à categoria e aos professores e professoras que estão no Plenário. Essa luta em prol da educação é uma luta nossa; o nosso mandato tem o compromisso com a qualidade da educação e, para que isso seja realmente efetivo, é importante valorizar a categoria. Quero deixar aqui meu abraço a vocês que estão aqui hoje. Por conta da minha condição de saúde, eu não estou aí com vocês, mas quero



deixar o meu abraço. Estou aqui em luta, junto com vocês, sempre. Contem sempre com a gente, pois estaremos lutando até que a educação seja valorizada no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento, nobre deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, na semana passada nós tivemos aqui nessa tribuna o professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems, que discorreu sobre as negociações salariais com o governo. E parece que essas discussões vêm acontecendo desde fevereiro deste ano. Nós recebemos aqui na Assembleia Legislativa o projeto de lei encaminhado pelo Executivo, fazendo a revisão geral dos vencimentos dos servidores do estado, inclusive abrangendo os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, portanto a revisão geral abrange todos os esses servidores, com exceção dos professores efetivos. E isso nos causa estranheza, porque essa é uma revisão geral que não incluiu a categoria dos professores efetivos. Nós participamos de uma reunião na Governadoria, acompanhado pelo nosso líder do governo, o deputado Londres Machado. O governador Eduardo Riedel passou por essa reunião, onde foi apresentada a proposta de incluir os professores no reajuste geral, percebendo também esses 5% que estão sendo concedidos a todos os servidores do estado, agora em maio. A alegação do governo é que a data-base dos professores é em outubro, e que em outubro vai haver o reajuste previsto pela lei do piso nacional de salários, com a integralização do vencimento para carga horária de vinte horas. A proposta que os professores farão ao governo, por intermédio da Fetems, é que eles possam receber junto com os demais servidores de todas as categorias os 5% da revisão geral, a título de antecipação do reajuste previsto para outubro. Então, o que os professores estão pedindo é completamente justo, admissível e possível de ser atendido pelo governo, porque se trata de inclusão da categoria no reajuste geral de servidores, apenas fazendo uma antecipação, ou seja, esses 5% seriam descontados do aumento que está previsto para outubro. Senhor presidente, nós estamos fazendo um apelo ao governo do estado para que ele reveja essa decisão e faça a alteração do projeto, atendendo uma reivindicação plausível e compreensível dos professores. Nós também tivemos na reunião que tratou da questão dos professores convocados, que hoje percebem salário na ordem de 70% menor que o dos professores efetivos. Essa injustiça precisa ser corrigida pelo governo do estado. O estado de Mato Grosso do Sul já equilibrou as suas finanças há muito tempo, e tem condições financeiras de reparar essa injustiça cometida com os professores convocados, que hoje são maioria em Mato Grosso do Sul. Não é possível que um professor contratado, que realiza as mesmas funções que um professor efetivo numa escola, receba 70% a menos no seu salário todos os meses; sem falar dos transtornos do início do ano e da burocracia para colocar o professor na folha de pagamentos, e que muitos recebem em atraso os primeiros salários do ano. Este é um



ponto que nós levamos ao governo do estado, para que ele apresente uma proposta ainda neste mês de maio, mês da data-base de todas as categorias. É um mês em que os professores convocados estão aguardando, além dos 5% da revisão geral, uma proposta para recompor o seu salário que está muito defasado em relação ao salário dos efetivos. Então seria muito bom e adequado que o governo apresentasse ainda no mês de maio a proposta de recomposição salarial dos professores convocados. Nós levamos também para o governo do estado a situação dos servidores administrativos da educação que, dentre todas as categorias de servidores do estado, são aqueles que recebem os menores salários. Essa história de que vai atender e valorizar o administrativo vem rolando e enrolando há muitos anos, então nós precisamos de uma sinalização por parte do governo, para que apresente uma proposta além dos 5% de valorização dos servidores administrativos da educação. Senhor presidente, este mês de maio não pode passar em branco sem que o governo apresente para a Assembleia Legislativa e para a categoria uma proposta de reajuste dos servidores administrativos, para recomposição salarial dos professores convocados e para a antecipação dos 5% da revisão geral para os professores efetivos.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Permite-me um aparte, deputado Pedro Kemp?.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu quero lembrar aqui, deputado Professor Rinaldo, presidente da nossa Comissão de Educação, que na campanha eleitoral, no segundo turno, o governador Eduardo Riedel esteve na Fetems, em uma assembleia dos trabalhadores em educação, e assumiu compromisso, assinando uma carta compromisso que trata justamente desses itens. E nós estamos aqui dando crédito a essa carta assinada pelo governador Eduardo Riedel. Ele está entrando no quinto mês de governo, portanto está iniciando a sua gestão, e nós estamos acreditando que ele vai cumprir os compromissos assumidos no segundo turno das eleições. É importante dizer que esta categoria é numerosa e está mobilizada e organizada para cobrar o que foi assumido na campanha eleitoral. Segundo informação do professor Jaime, ficamos sabendo agora que o governo está chamando representantes da categoria para uma reunião hoje à tarde. Tem uma reunião agendada para hoje à tarde, às 16 horas, e nós esperamos muito que essa reunião seja produtiva e que de lá saia esse compromisso do governo em cumprir com aquilo que foi assumido na campanha eleitoral, ou seja, valorização dos servidores administrativos, uma proposta concreta de reajuste salarial e a proposta de recomposição salarial dos professores convocados. A gente espera que o governo faça a antecipação dos 5% do reajuste geral para os professores efetivos. Mesmo que o projeto não esteja pautado para hoje, nós vamos analisar a constitucionalidade na primeira votação, mas isso não impede que o governo faça uma proposta para a Fetems hoje à tarde. Então nós aguardamos esse compromisso com o governo do estado, deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Deputado Pedro Kemp, primeiro eu gostaria de agradecer pela concessão do aparte, cumprimentar o Jaime, presidente da Fetems, toda a sua diretoria e as lideranças que vieram de vários municípios do estado. Eu fui professor convocado, por isso no momento da votação,



há algum tempo, eu não votei pelo voto político, mas votei com o voto da consciência, porque eu estive em sala de aula, e minha mãe e minha irmã Rose foram professoras convocadas. Essa isonomia é algo que nós vamos requerer com muita ênfase, até que aconteça, porque é inadmissível alguém com a mesma formação e mesma carga horária, debaixo do mesmo teto, ter dois pesos e duas medidas. Somos solidários às reivindicações de todos vocês. Sabemos que a data-base é outubro, mas o convocado pode entrar, por decreto, na reposição de 5%. E aí, na pior das hipóteses, eu acredito que o governo tem condições de aumentar essa reposição, já que é por decreto, pois esse professor convocado, infelizmente, ganha 70% a 75% menos do que professor que tem cargo efetivo. Portanto, eu acredito que quando essa discussão entre o governo e a Fetems chegar aqui, os vinte e quatro deputados sensíveis a essas causas estarão votando de forma tranquila. Portanto, quero agradecer a concessão do aparte e me colocar à disposição de todos vocês.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado pelo aparte, deputado Professor Rinaldo. Eu queria dizer que há pouco solicitei ao nosso presidente deputado Gerson Claro, que retirasse o projeto da pauta de hoje, para que nós aguardássemos a reunião com o governo do estado hoje à tarde. Eu também quero fazer um esclarecimento às pessoas que estão presentes: eu tinha feito esse pedido ao nosso presidente, deputado Gerson Claro, que é um democrata e sempre atendeu, na medida do possível, às nossas solicitações, de acordo com o Regimento Interno da Casa. E ele me garantiu que a votação de hoje não causa nenhum prejuízo — caso o governo faça alguma proposta de alteração do projeto hoje à tarde —, já que o projeto vai estar apenas em primeira votação, e ainda vai tramitar nas demais comissões de mérito, tendo ainda que passar em segunda votação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu solicito às pessoas no Plenário que garantam a palavra ao deputado que, por sinal, está defendendo a categoria. Peço que garantam a fala ao deputado que neste momento tem a palavra.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, para encerrar, fica feita aqui a nossa solicitação, confiando na condução dos trabalhos por Vossa Excelência, sem qualquer prejuízo para as negociações que vão acontecer hoje à tarde. Eu tenho certeza que essa negociação vai ser produtiva e que nós vamos receber uma proposta do governo para melhorar o salário dos servidores administrativos, para começar essa recomposição o mais rápido possível, ainda neste mês de maio, e fazer antecipação dos 5% para os professores efetivos. Agradeço ao deputado Londres Machado, líder do governo, que nos acompanhou e intermediou essa negociação. Obrigado, deputado.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Obrigado, deputado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Londres Machado.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Senhor presidente, esta Casa recebeu esse projeto na semana passada, e Vossa Excelência, atendendo à



solicitação da bancada do PT, pediu para que fossem dados alguns dias a mais para discutir com o governo; e conforme o Regimento, foi concedido. Hoje chegou a mensagem de que nós temos que incluir a reposição aos servidores do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas, porque hoje o governo é obrigado a fazer a reposição inflacionária; todos os Poderes têm que dar no mesmo momento, na mesma oportunidade. E, além disso, sensível à solicitação que o meu amigo ex-governador e deputado Zeca do PT e a deputada Gleice Jane fizeram a este deputado, nós conseguimos abrir conversa com o governo do estado, com o secretário de estado de Educação e com a secretária de estado de Administração. Lá nós discutimos essa reivindicação. A Fetems vem negociando há muito tempo com o governo. O governo tem dito que daria 5% somente para os professores convocados; os efetivos não teriam, porque a data-base deles é em outubro. Há uma contestação de que não é em outubro, mas a imprensa e todo mundo falou que é, inclusive o governo. Em outubro a reposição vai ser discutida em outros termos. Então, o que o governo vai dar agora, e que ainda há tempo para negociação, é para os convocados. O governo vai fazer um decreto ainda este mês. Quanto aos convocados, fala-se que vai dar 5% ou mais, mas isso está em estudo. O deputado Pedro Kemp e a deputada Gleice Jane estavam lá; o deputado Zeca do PT não estava, porque foi a São Paulo para tratamento médico. Mas o governo foi claro, o governador Eduardo Riedel esteve lá e disse para os que lá estavam que ele poderá ser criticado por algumas coisas, mas não por ser um governador irresponsável. Por quê? Porque ele não vai ultrapassar o índice de 44%; esse é o índice que ele vai praticar. Então, eu acho que ainda há tempo para negociar com os convocados. Os deputados líderes aprovaram essa matéria em regime de urgência, e hoje nós estamos votando; não pode ser retirada. Não pode e não será retirada. Por quê? Porque Vossa Excelência tem que atender o acordo de líderes da Assembleia. Na segunda votação, que será na próxima semana, se vocês quiserem continuar com a discussão, podem continuar. Se o governador mudar de opinião... Nós aqui não podemos mudar o projeto, por questão de iniciativa...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Cumprimentando o professor Giovano, da ACP, e novamente o Jaime, quero dizer que esta Casa tem mantido o diálogo permanentemente e se comportado democraticamente. Portanto eu gostaria de dizer que esperamos receber, da mesma forma, o respeito que tem sido dispensado. Quero comunicar, deputado, que nós vamos garantir a palavra a Vossa Excelência e o exercício da democracia, e esperamos o mesmo, inclusive das lideranças. Porque quando a gente procura entendimento e parceria, a gente espera respeito e educação. Com a palavra, o deputado Londres Machado.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Só para dizer, senhor presidente, que ainda há prazo para discussão. Nós vamos aprovar hoje em primeira, e vamos ver se a matéria é constitucional, porque é iniciativa do Executivo mandar o projeto de aumento, nós não podemos mudar nada aqui; tem que ser lá. Quando chegar aqui, claro que nós vamos votar. Se hoje houver discussão, por exemplo, para que o governo mude de opinião, ainda dá tempo, porque nós vamos aprovar em segunda somente na próxima semana. Nós fomos lá... O deputado Pedro Kemp e a deputada Gleice Jane são atuantes e podem discutir. Em outubro é lei: tem que se cumprir. O governo vai ter de cumprir, porque é lei, é a data-base. Vai ter que

dar! Agora, se der alguma coisa a mais, parabéns, nós vamos chegar aqui e votar. A Assembleia está aberta, nós estamos abertos, à espera de qualquer mudança. Mas hoje nós temos que votar, porque os líderes assinaram e há um acordo de lideranças, por isso eu faço o apelo aos deputados para que possamos votar. Estamos de coração aberto para atender os professores.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Continuo solicitando a compreensão da plateia. Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado João Henrique. Vai falar? Ainda tem tempo, deputado. Trinta minutos.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares, seletor público que nos assiste neste Plenário, presidentes de associações, sindicatos e federações. Este deputado estadual já há muito tempo vem fazendo as contraposições com o governo de Eduardo Riedel, e fico muito feliz que os senhores tenham acordado hoje e lotado este Plenário. Fico satisfeito. Parabéns! Fico satisfeito porque hoje este deputado estadual é tão servidor público quanto vocês que estão aí; e este deputado estadual não pode aceitar ver esta Casa aprovar para o governador Eduardo Riedel um aumento na base de cálculo dos cargos comissionados de 66,44%, mais bonificação de 50%, elevando, professor Jaime Teixeira, um salário de dezessete mil reais para quarenta e dois mil, seiscentos e dois reais. Este parlamentar tem orgulho de ver este Plenário fazendo essa reivindicação ao governador, porque a proposição é de 5%, e dá um aumento real de 0,35%, 0,3%. Isso é uma vergonha! O governador Eduardo Riedel devia ter vergonha de mandar um projeto desses, e acovardado, porque coloca numa revisão geral todos os Poderes. Antes de destacar todos os salários que eles aumentaram, eu quero contar para vocês o que vai acontecer. Se vocês não conseguirem se mobilizar, vão ficar com esses 5%, e vão ter que aceitar isso se não cobrarem os parlamentares e o governo. É interessante que vocês acompanhem os diários de cada Poder, pois cada categoria vai mandar o seu aumento como quiser. Então, esse aumento de 5% não vai ser o aumento real, pois na verdade, a revisão não vai ser o reajuste; vai chover reajustes para outras categorias mais mobilizadas. Então, não aceitem essa vergonha que está sendo oferecida a vocês. Foi aprovado por esta Casa um aumento de 27% para quem ganhava cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais, passando para sete mil e quatrocentos reais, mais bonificação de 60%, indo a onze mil oitocentos e quarenta. O salário-base de dois mil reais passou a dois mil, quatrocentos e dez reais, ou seja, teve 18% de aumento. O salário de cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais passa a ser de seis mil e oitocentos reais, ou seja, teve 25% de aumento, mais a bonificação concedida vai a dez mil, oitocentos reais e oitenta centavos. Então, não me venha falar em 5%! O governador Eduardo Riedel foi secretário de estado Governo, depois secretário de estado de Obras do governador Reinaldo Azambuja, então passou na cabeça dele todo o governo Reinaldo Azambuja e todas as negociações que foram feitas. Vocês já viram uma prévia do que está vindo agora, portanto não esperem e não deixem eles levarem a categoria na conversa, pois não haverá aumento, nem concessões se hoje nós não nos mobilizarmos e formos para a Governadoria cobrar o governador... É preciso que o governador Eduardo Riedel se lembre que eles formataram a reforma da previdência, algo que gerou uma arrecadação maior sobre o salário dos servidores. É preciso também lembrar que o



aumento do Fundersul, o aumento do ICMS nos combustíveis e nas telecomunicações corroeram o poder de compra do trabalhador, dos servidores públicos. Então, 0,35% de aumento não corresponde a aumento real de praticamente nada, porque tudo está mais caro. Quando você aumenta a gasolina, as telecomunicações e o Fundersul, impacta no preço da carne... É preciso acordar! Vocês sabem que o governador Eduardo Riedel apoiou, indiretamente, o presidente Lula. Então vou pegar esse apoio que ele deu para o presidente Lula e vou ler aqui: "Lula sanciona reajuste de 9% aos servidores públicos federais". Por que o governador não copia isso agora? Por que ele não apoia o presidente dando os mesmos 9%? As finanças do estado estão em boas condições. Por que ele não dialoga? Por que ele não reconhece que não há uma equiparação salarial entre os professores, que é muito reivindicada? O governador Eduardo Riedel esteve na Fetems e assinou uma carta, que foi lida pelo deputado Pedro Kemp, se comprometendo a promover equiparação. Eu ouvi aqui que o governador Eduardo Riedel não quer ficar conhecido e nem criticado por ser irresponsável, mas vai ser criticado por ser mentiroso e descumprir aquilo que ele assinou.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Vou concluir, deputado Londres Machado. Depois concedo o aparte a Vossa Excelência. Hoje, nesta tribuna, eu vou antecipar para vocês que, em forma de protesto, eu vou votar contra. Vou votar contra em primeira e em segunda. Vou votar contra em redação final, para que vocês possam cobrar os parlamentares de vocês e pedir para vossos colegas cobrarem os deputados que eles apoiaram, para que nós possamos derrubar ou mudar a negociação que vai ser feita. Vou mostrar para vocês uma forma de a gente acabar hoje com essa discussão e atender o que vocês estão pedindo. Vocês pediram para fazermos reflexões; pois então, já estou fazendo a minha, e digo: esta é a Casa da democracia, a Casa da ordem e a Casa da lei. Vocês pediram para que nós retirássemos o projeto e permitíssemos uma melhor discussão, para a categoria se organizar melhor e tentar conseguir com o governador Eduardo Riedel aquilo que ele se comprometeu a fazer, aquilo que ele assinou. Eu não espero dele muita coisa, até porque o José Serra, certa vez, assinou também algo dizendo que não seria candidato a presidente; e aquilo que ele assinou não vale. Mas se a gente se unir e fizer uma pressão hoje lá na Governadoria, na reunião que ele vai ter com a categoria, eu quero ver se ele não vai mudar e cumprir a palavra.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Permite-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Senhor presidente, antes de conceder o aparte aos deputados Londres Machado, Pedro Kemp e Professor Rinaldo, é importante eu formular a minha questão de ordem e explicar por que esse projeto não pode ser votado hoje. Eu gostaria de um tempinho para expor para essa categoria brilhante de pessoas que estão vindo reivindicar os seus direitos o motivo pelo qual esse projeto não pode ser votado. O artigo 142 do nosso Regimento Interno, em uma



frase fácil de vocês entenderem, diz o seguinte: “Da matéria constante da Ordem do Dia da Sessão Ordinária, independente de publicação no nosso Diário Legislativo”, que é o nosso Diário Oficial, “terá conhecimento vinte e quatro horas antes declarada para sua instalação para os deputados”. E eu vou mostrar para vocês que eu recebi esse projeto de lei com a Ordem do Dia às 4h45min [sic] de ontem, portanto aqui nós temos um vício, e uma oportunidade de evitar nulidades. Então, invocando e comprovando que esse...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, só um minutinho. O senhor está formulando uma questão de ordem no Grande Expediente.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Presidente...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho. O senhor está formulando uma questão de ordem na hora do seu comentário no Grande Expediente. E eu vou responder sua questão de ordem.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Então o senhor espere eu concluir...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em primeiro lugar... Não...

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu estou respondendo a sua questão de ordem.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Eu não terminei de formular a minha questão de ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — É que o senhor, por mais uma vez, usando de sofismo, tenta enganar quem está ouvindo.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Presidente, com todo o respeito...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor recebeu no seu celular nesse horário, mas no sistema, que é obrigação da Casa, já estava publicado. Então o senhor não deve ter tempo de olhar o sistema da Casa, e esperou receber no celular.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Presidente, com todo o respeito e atenção que tenho por Vossa Excelência... Em primeiro lugar, Vossa Excelência não pode dirigir a palavra a este deputado daqui. Vossa Excelência não pode cassar a minha palavra, e deve aguardar a conclusão deste parlamentar.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência formulou uma questão de ordem; e é obrigação da Presidência...

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Eu não conclui a minha questão de ordem, e estou dentro da minha fala. Como este parlamentar esta com...

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Só para Vossa Excelência saber, eu posso inclusive cortar o microfone de Vossa Excelência, por uso indevido do Grande Expediente.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Então o senhor corte a minha palavra.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Permite-me um aparte, nobre deputado?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Deixe-me concluir, deputado Londres Machado. Eu vou voltar reiterando o que diz o artigo 142 do Regimento Interno desta Casa. Ele diz que "da matéria constante da Ordem do Dia, independente da publicação no Diário Legislativo, o deputado terá o conhecimento vinte e quatro horas antes de declarada a sua instalação". Eu estou dizendo que a forma que nós somos comunicados tem a comprovação de que isso não aconteceu. E não é só para mim, não, é para os deputados que vocês elegeram, é para os deputados da base, do centro, da oposição e de qualquer outro que seja. Não houve comunicação no sistema vinte e quatro horas antes, nem no celular deste parlamentar; e não é usual, porque nós recebemos dessa forma. O que este parlamentar vem fazer neste momento é uma comprovação de que nós temos espaço regimental e legislativo para adiar essa discussão, evitar nulidades, permitir que vocês se mobilizem e que hoje esse projeto não seja votado, porque se for, eu vou votar contra. Concedo o aparte ao deputado Londres Machado.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Senhor presidente, pela ordem. Eu gostaria de passar a palavra ao ilustre deputado Pedro Kemp, porque ele quer fazer uma pergunta ao deputado que está na tribuna. Vou ceder o tempo para Vossa Excelência ficar no meu lugar, deputado Pedro Kemp.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Deputado João Henrique, eu fiquei ali na mesa ouvindo o discurso de Vossa Excelência, e fiquei boquiaberto, pois parecia um deputado da esquerda falando, inclusive defendendo o reajuste concedido pelo presidente Lula de 9% ao servidor. Mas, deputado, eu queria deixar bem claro que votando hoje o projeto que está em primeira votação, não há prejuízo algum para a negociação salarial que ainda vai acontecer hoje à tarde. Eu quero dizer isso, porque nesta Casa eu nunca deixei de votar a favor de aumento salarial dos servidores; seja 1%, 10% ou 100%, eu voto a favor. Não há prejuízo em votar na primeira discussão de

hoje para a negociação salarial. Se o governo atender às reivindicações da categoria, nós vamos, em segunda votação, votar aquilo que for emendado pelo governo. Mas Vossa Excelência está dizendo que vai votar contra. Vossa Excelência deveria ter votado contra a redução de salário dos convocados, mas votou a favor. Então é muito fácil lá atrás reduzir o salário dos professores convocados e hoje fazer esse discurso querendo nos constranger, dizendo que nós temos que votar contra o projeto. Porém nós vamos insistir na negociação com o governo e, como eu disse, nós estamos dando uma carta de crédito ao governo, para que ele cumpra os compromissos assumidos lá na Fetems com essa categoria. Então agora se redima aqui, deputado, pois Vossa Excelência votou contra [sic] a redução do salário dos convocados, algo que hoje está deixando muitas famílias em situação difícil, por causa da diferença de 70% no salário em relação aos professores efetivos. Então, se quiser vir ir para a esquerda, venha, pois será bem atendido. Mas não vote nunca mais para reduzir salário de trabalhador algum. Obrigado.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Deputado Pedro Kemp, incorporo na íntegra a fala de Vossa Excelência, e digo que defender reajuste, defender revisão é algo suprapartidário. A questão da linha ideológica que este parlamentar se filia, pois sou de direita, é reconhecer que quando o estado está bem e as finanças estão boas, a gente pode, sim, avançar e conceder os aumentos. Então é uma questão de direito, de dignidade para quem vai receber o salário sem a recomposição financeira. Este deputado votou contra a reforma da previdência instituída pelo PSDB. E realmente Vossa Excelência fala a verdade quando diz este deputado votou, a pedido do PSDB, por orientação, para a redução do salário dos convocados. Mas o erro que este parlamentar cometeu no passado, deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência comete agora, porque está seguindo a orientação do PSDB. Eu não sigo. Sou independente e quero um reajuste digno para toda a categoria. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Ainda em resposta à questão de ordem do deputado João Henrique, quero dizer ao deputado que além do sistema ter disponibilizado o projeto que Vossa Excelência disse só ter recebido ontem às 16 horas, na terça-feira da semana passada esta Casa fez um acordo de lideranças a pedido da Fetems e do deputado Zeca do PT. Nós não o pautamos para quarta-feira passada na CCJR, e adiamos por uma semana. Esse calendário está disponível desde a semana passada, com cópia do projeto de lei para todos os deputados. Vossa Excelência pode olhar o seu celular com as mensagens recebidas na terça-feira passada, pois nós temos registrado no sistema aqui, portanto Vossa Excelência recebeu. Eu sei que Vossa Excelência não deve ter consultado, pois não cometeria um equívoco desses de dizer que não recebeu. E digo também que a gente sempre mantém o respeito, e entendemos a Fetems e a ACP. Então, assim como no ano passado, quando esta Casa estava sob a condução do deputado Paulo Corrêa e do deputado Zé Teixeira e trabalhou 10% em janeiro para os professores e mais 26% em outubro, a soma dos 10% de janeiro do ano passado e os 26% chegou a 37%... Eu cheguei a comentar com o Jaime que o ganho da categoria, tornando o salário dos concursados o maior do Brasil, tem que servir de instrumento



de negociação para puxar o salário dos convocados para o mesmo nível. É óbvio que isso não vai acontecer do dia para noite, e nós temos que lutar por isso. Esta Casa se compromete a manter esse discurso aberto, deputado Zeca do PT, para que a gente possa discutir número a número, caso a caso, a questão dos convocados, conforme o compromisso da reunião passada, sendo mínimo de 5%, quiçá chegar a 7%; e em outubro, Jaime, reafirmar o compromisso de atingir aqueles índices que já estão pactuados. Então esse é o compromisso. Afirmando que todos os deputados querem fazer com que o salário dos professores continue sendo o maior do Brasil, e que haja essa equiparação. Mas a irresponsabilidade de dizer que vota contra a previdência aqui em Mato Grosso do Sul — mas fez primeiro a previdência do Bolsonaro — esta Casa não vai continuar. Quem vota a favor da previdência do Bolsonaro tem que ser a favor da previdência aqui; não pode mentir para um para agradar o outro. Ainda na Ordem do Dia, Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 009/2023. Autor: deputado Jamilson Name. “Torna ilegal produzir, distribuir, comercializar, extrair, fabricar, transformar produtos para qualquer fim, o MMS, Mineral Miracle”. A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 009/2023, de autoria do deputado Jamilson Name.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira? Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Lei nº 167/2022. Autora: deputada Mara Caseiro. Estava com pedido de vista, e voltou. “Inclui como conteúdo transversal no currículo das escolas de Mato Grosso do Sul a História das Mulheres”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 167/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro.



**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Senhor presidente, nós temos uma corrente de preocupação com esse partido, e a discussão do Novo Ensino Médio implementa mudanças significativas nas novas bases comuns, na carreira dos alunos, e como isso vai ficar direcionado. Então, a gente tem uma preocupação com o tipo e o critério de seleção das histórias de quais personalidades seriam selecionadas. Essa questão de embutir dentro da lei, como critério transversal, o Novo Ensino Médio vai trazer impactos significativos, de maneira que pode inclusive nulificar o projeto que nós estamos votando agora. Eu reconheço também a importância do projeto e a pauta da deputada Mara Caseiro, mas tendo em vista a reforma do ensino médio e a maneira como ficarão as questões transversais, eu vou votar contra. Voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?



**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Declaração de voto, presidente. Primeiro, agradeço aos deputados favoráveis, respeitando o voto contrário do deputado João Henrique, mas é importante nós trazemos uma abordagem da história das mulheres nas nossas escolas, promovendo o conhecimento da história de mulheres de destaque e de movimentos que contribuíram para emancipação das mulheres e alcance dos espaços em igualdade de gênero. Às vezes podemos até discordar de algumas posições ou pontos de vista de grandes mulheres que passaram pela história do Brasil e do estado de Mato Grosso do Sul, mas nós temos que reconhecer que quando apresentamos as histórias, a trajetória e as lutas pela garantia do direito dessas mulheres, nós estamos promovendo a igualdade de gênero. Por isso apresentei esse projeto. Agradeço os votos favoráveis. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Senhor presidente, eu compactuo da mesma preocupação do colega deputado João Henrique e parabênizo a deputada Mara Caseiro pela preocupação que ela tem com esse projeto, porém minha preocupação é que ele possa ser desvirtuado na cabeça de algumas pessoas que possam utilizá-lo de forma ruim, portanto, por esse motivo, meu voto é contra. Voto não.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e dois contrários.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 223/2022. Autor: deputado Jamilson Name. “Obriga as operadoras de telefonia móvel e fixa que atuam no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul, a disponibilizarem, em seus aplicativos de internet, a oferta da opção de cancelamento de contratos e troca de planos, e dá outras providências”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação



emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 223/2022, de autoria do Deputado Jamilson Name.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Voto com o líder do governo. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 076/2023. Autor: deputado Pedro Kemp. “Dispõe sobre as ações que visem à promoção da educação, prevenção e combate às notícias falsas (fake news), no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Eu quero pedir vista desse Projeto de Lei nº 076/2023, do deputado Pedro Kemp.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência tem sido benevolente, cumprindo o Regimento. Vossa Excelência tem vinte e quatro horas. Projeto com pedido de vista ao deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu tenho o direito de espernear aqui, não é? “Jus sperniandi”.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — “Jus sperniandi”. A gente aprende isso no primeiro ano de Direito.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — O Deputado Antonio Vaz, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação votou a favor da tramitação desse projeto, e agora está... Não votou? O senhor tem dúvida sobre esse projeto? Tem dúvida? O senhor leu o projeto?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Eu li! Mas eu posso e tenho a prerrogativa de pedir vista, então estou pedindo vista.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Prerrogativa para ficar...

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Não quero saber! Eu não quero saber! Eu não quero saber! Eu tenho prerrogativa para pedir vista.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu também não quero saber! Eu estou no meu direito de reclamar.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Eu pedi vista, pronto e acabou!

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Amanhã o senhor devolve. OK? Vinte e quatro horas.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Claro, com certeza. Pode ficar tranquilo.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência lembra ao deputado que o projeto não está em debate.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Vocês têm medo! Vocês têm medo!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — É questão de ordem e direito regimental do deputado pedir vista.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Tem medo de ficar sem fake news, sem direito de divulgar fake news.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — E acabamos de conceder vista. Encerrada a questão de ordem.



**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Bolsonaro é assim; tem medo de proibição de fake news.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. “Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual de Enfrentamento à Psicofobia, para combater atitudes preconceituosas e discriminatórias contra pessoas com transtornos mentais”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 086/2023, de autoria da Deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. A instituição do Dia Estadual de Enfrentamento à Psicofobia, para combater as atitudes preconceituosas e discriminatórias contra pessoas com distúrbios mentais, vai ser comemorado todo o dia 12 de abril. A sugestão desse projeto de lei chegou até o meu gabinete por intermédio da presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Psiquiatria, doutora Gislaine. É importante debater e coibir todo e qualquer tipo de atitude preconceituosa e discriminatória por pessoas que possuem alguma deficiência ou transtorno mental. Então agradeço os votos favoráveis dos deputados. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PTB)** — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda votação. Quanto ao próximo item, houve uma solicitação de retirada do projeto, então eu gostaria de comunicar que ele vai ser mantido na Ordem do Dia, conforme acordado na semana passada com os deputados do PT, com o líder do governo e com a Fetems, que solicitou uma semana para negociação. Não pautamos na semana passada e, em respeito, nós fizemos um calendário onde poderia ser votado hoje e amanhã, sendo hoje em primeira, e na semana que vem em segunda votação. Precisamos votar o calendário, senão os demais servidores do Executivo — estou falando de todos os servidores — podem não ter a revisão geral de 5%. Então, em



respeito aos servidores de todos os Poderes, nós vamos manter o calendário e o acordo de lideranças para atender todos os servidores, o que não impede de, durante a semana, trazer alguma coisa e atender à solicitação tanto dos convocados quanto dos concursados, mantendo o diálogo e o respeito que a gente sempre teve com todos. O projeto continua na pauta. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 110/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 10/2023. “Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda Modificativa nº 01, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Apensado a esse projeto também está o Projeto de Lei nº 095/2023, de autoria do Tribunal de Contas, que trata do mesmo tema (Processo nº 117/2023). Em discussão o projeto que trata da revisão de todos os servidores que têm data-base em maio. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-Secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-Secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente. Se houve um acordo, o que é combinado não sai caro. Não sei o porquê dessa discussão. Voto pela constitucionalidade do projeto. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

**DEPUTADO GLEICE JANE** (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu entendo que a data-base dos professores efetivos do estado é em maio, conforme o projeto de lei e conforme a gente vem cumprindo isso em todos os anos. No entanto, este ano houve um novo entendimento sobre a legislação, então eu



entendo que há um equívoco, e hoje vou dar um voto de confiança para o governador, no sentido de que ele precisa conquistar a confiança da categoria. Hoje o Plenário mostra que o governador precisa dialogar com a categoria, e a gente espera que na reunião à tarde haja um acordo real com avanço nas negociações. Voto sim, com ressalva.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, declaração de voto. Este parlamentar entende que para votação desse projeto, com todo o respeito e as vênias à fala de Vossa Excelência, ele não se encontra tecnicamente e regimentalmente atendendo aos critérios inclusive de constitucionalidade. Mesmo que haja a calendarização desse projeto, é algo que se trata de um protocolo formal. E quando a gente exige a imposição da forma, isso pode trazer nulidades. Inclusive é um direito que este parlamentar tem de se opor, de se colocar, para evitar discussões futuras, e para que possa haver uma discussão madura. Então, com fundamento no artigo 142 e em razão e protesto a favor da categoria, pelo aumento ser inexpressivo, ridículo, irrisório e ser um descumprimento da palavra assinada do próprio governador do estado, eu voto contra esse projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência vota contra a revisão de servidores. Vota não. Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Quero parabenizar a fala da deputada Gleice Jane. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Presidente, voto sim pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da matéria.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira? Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Senhor presidente, eu voto sim pela constitucionalidade, esperando que o governador Eduardo Riedel hoje à tarde realmente atenda aos interesses dos professores, classe que a gente sempre defende e vota a favor.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES** (PRTB) — Declaração de voto, presidente. Em solidariedade aos professores que estão aqui protestando, e por também achar injusto o aumento de apenas 5%, eu vou votar contra. Mas também me solidarizo com todos os trabalhadores que foram enganados pelo presidente Lula, porque foi prometido picanha e cerveja, mas receberam apenas dezoito reais. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Rafael Tavares vota contra a revisão de servidores. Como vota o deputado Renato Câmara?



**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, com coerência e respeito às tratativas que o governo tem feito junto aos sindicatos, junto à bancada do PT e à Comissão de Educação desta Casa, voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, como eu recebi a picanha, vou votar sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A picanha chegou lá. Como vota o deputado Zeca do PT? Declaração de voto do deputado Zeca do PT. Peço ao Plenário, mais uma vez, para manter o respeito e a ordem. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, entendo que a votação de hoje não prejudica a continuidade das negociações. Tanto é verdade, que o governo chama para hoje à tarde as lideranças do movimento, para a continuação das negociações em torno dessa demanda. Acredito na boa-fé e sensibilidade do governador em atender às demandas daquilo que for possível, cumprindo com o compromisso que fez ao assinar uma carta na Fetems, portanto voto sim e gostaria de dizer que esse movimento me leva ao período que assumi o governo. Quando eu assumi o governo, os educadores estavam com quatro meses de salário atrasado. Oito anos depois eu fui à Fetems receber uma faixa do professor Jaime, me homenageando por ter deixado um dos melhores salários do Brasil. Se não bastasse isso, eu mandei jogar no lixo o famoso Previsul e criar a Cassems, que dá um atendimento de excelência aos profissionais e aos servidores do estado. Mesmo assim, senhor presidente, ao final do meu governo, muitos deles, que estão aqui provavelmente, foram lá na frente do meu gabinete e queimaram um boneco que me representava. Quando eu cheguei em casa, minhas filhas pequenas estavam chorando e dizendo: “pai, estavam queimando a sua figura na frente da Governadoria”. Portanto, senhor presidente, desse povo eu não guardo gratidão. Eu tenho compromisso com eles, e voto sim, absolutamente convencido de que estou trabalhando para o estado e para a educação de Mato Grosso do Sul.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e dois contrários, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão, conforme o calendário disponível para todos os deputados desta Casa. Item 7. Em discussão e votação simbólica. Um requerimento, sessenta e seis indicações e uma moção de aplauso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de dez minutos, deputado.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores, eu assisti aqui uma discussão muito calorosa da categoria dos professores, e ninguém tocou no assunto do setor administrativo do nosso estado. O governador precisa realmente sentar e arrumar uma forma de ajustar o salário. Tem pessoas com vinte e três anos de casa recebendo dois mil e poucos reais. Então tem que se basear na possibilidade do poder econômico do estado. O estado ainda é primário, mas estão chegando muitas indústrias, e haverá muita arrecadação, então dá para avaliar e incluir de forma responsável o reajuste de salário para o setor administrativo. Quando falta servidor administrativo, deputada Mara Caseiro, contratam uma empresa terceirizada, e o salário é pífio, chega a ser mil e noventa reais, portanto chega a ser desumano. Mas eu venho aqui hoje para tratar de um assunto lá da minha cidade. Ontem eu assisti a um vídeo do nosso querido prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes. No vídeo ele diz que graças à Prefeitura de Dourados, ele assinou um convênio com a Fundação Cardiogeriatrica Coronel José Alves Marcondes e Doutor Haroldo Pereira da Silva (Funpema), que é uma empresa das mais bem avaliadas em Dourados no setor de atendimento à saúde, uma fundação responsável, onde cerca de 50% dos atendimentos é feito pelo SUS e outros 50% é de doação dos médicos abnegados que tratam das pessoas e sem remuneração. Isso é capitaneado pelo grande médico, excelente profissional e um grande ser humano doutor Irineu Lemes da Rosa, dono do Hospital do Coração. Então eu fiquei muito triste, porque o que tem sido investido na Funpema são emendas parlamentares, recursos do governo do estado, mas o Hospital Universitário de Dourados suspendeu há mais de dois ou três anos as cirurgias mais simples e de grande importância, que são as cirurgias de catarata. Deputada, você entende bem disso, porque foi prefeita. Através de emenda parlamentar houve liberação no governo de Reinaldo Azambuja, e nós conseguimos equipar a Funpema com todos os equipamentos para fazer cirurgia de catarata. Aí, o prefeito de Dourados, que é responsável por atender a sociedade da macro e da microrregião, diz que ele foi lá e contratou o serviço. Mas o repasse que o prefeito faz para a Funpema, por meio do convênio, é de cento e quarenta mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte centavos. Esse valor é composto de setenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos do governo federal, e sessenta e oito mil, setecentos e oito reais e quarenta e cinco centavos do governo estadual. Mas ele não tem convênio nenhum com a Funpema, porque o médico que ele citou, o doutor Guilherme Bonin, já

trabalhava na Funpema. Lá existem três médicos que fazem cirurgia de catarata: a doutora Sara, a doutora Soraya e o doutor Guilherme. Então, não existe convênio nenhum com a Funpema, mas existe um grande investimento de uma fundação responsável que tem mais de cento e vinte mil exames feitos no ano de 2022, onde 50% é doação e 50% é coberto pelo SUS, através de convênio com a própria prefeitura. Mas é uma fundação... Então por que o serviço foi contratado? Porque a pessoa chega e faz todos os exames cardiológicos e de sangue e está pronta para fazer a cirurgia; por isso o prefeito disse que contratou e fez um vídeo dizendo que graças à prefeitura... E ainda disse: “eu não vou pagar operação de ninguém que não more aqui na cidade”. Ele é prefeito de uma região onde a saúde é tripartite, ou seja, é composto por governo federal, estadual e municipal. E ele deve levar em conta a demanda que tem de outros municípios. Se o prefeito de Caarapó encaminhar uma cirurgia de catarata, o prefeito de Caarapó vai pagar, e o município de Dourados é obrigado a atender Caarapó, sim. Ele não poderia ter dito isso... Estou como exemplo uma cidade onde eu tenho grande representatividade, minha querida Caarapó. Então, no meu ponto de vista, o que ele está dizendo é um absurdo. A irresponsabilidade administrativa de Dourados é tão grave que chega ao ponto de uma pessoa fazer um vídeo mentiroso dizendo que graças ao convênio que ele está fazendo com a Funpema... Ele não está fazendo convênio nenhum! Ele está comprando a cirurgia de catarata, porque é só a Funpema que faz ali no município; o Hospital Universitário não está fazendo mais. E diz que não faz mais por falta de recursos financeiros. Isso é um absurdo, pois além de receber mais de três milhões de reais mensais do [sic] Hospital Universitário, recebe dinheiro do governo federal, que nem sabe o montante, a não ser que apareça no Portal da Transparência. Uma fundação criada pelo governo federal é vinculada à Casa Civil do governo federal, então ninguém consegue absorver a quantidade de dinheiro que vem para o Hospital Universitário, porque lá é um hospital escola, um hospital que se dedica mais a ensinar os alunos que estão fazendo curso de Medicina. O prefeito de Dourados deveria ter um pouco de consciência e dizer que as coisas estão acontecendo graças ao ex-governador Reinaldo Azambuja e aos deputados estaduais que colocaram a emenda para que a fundação comprasse o equipamento, assim hoje ela tem como vender o serviço. Nada é mais justo. Como vereador por vários mandatos e presidente da Câmara, ele nunca visitou a Funpema e nunca colocou uma emenda lá. Quem colocou fomos eu, o ex-deputado George Takimoto, o ex-deputado Barbosinha e outros deputados, mas o governador liberou o recurso e a Funpema pôde comprar equipamento completo para fazer cirurgias eletivas, incluindo a de catarata. O órgão que faz a maior quantidade de exames de sangue em Dourados é a Funpema, mas o equipamento tem trinta anos de uso, e está ultrapassado, por isso esta semana visitei o governador Eduardo Riedel e pedi a ele para mandar duzentos mil reais para a Funpema, para que possa comprar um equipamento moderno para fazer os exames de sangue com mais rapidez. Então eu quero deixar registrado que o prefeito de Dourados precisa cuidar da buraqueira da cidade, precisa cuidar do que está em falta, e do que não está em ordem em Dourados, o matagal da nossa cidade e a falta de respeito da sociedade. Se não fosse o ex-governador Reinaldo Azambuja e o atual governador Eduardo Riedel que está duplicando a avenida Coronel Ponciano e a avenida José Roberto Teixeira, saudoso homônimo meu que faleceu num acidente de carro. Não é por causa do José Teixeira eu que estou falando, uma pessoa muito íntima e querida, um grande jogador de

futebol de quem eu me lembro bem, pois na época que ele jogava eu era presidente do Ubiratã. Então eu quero deixar registrado, senhor presidente, a falta de respeito que o prefeito de Dourados tem em expressar coisas que não são verdadeiras, pois se hoje existe o serviço de cirurgia de catarata para ele atender a população de Dourados e região, é graças às emendas parlamentares dos deputados, à liberação do ex-governador Reinaldo Azambuja e do atual governador Eduardo Riedel. Era só isso, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, esta presidência... Por solicitação do nosso primeiro-secretário, que não esqueceu que hoje é o Dia do Taquígrafo, nós queremos agradecer especialmente a todos os taquígrafos...

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — ... da Casa, e parabenizá-los pelo seu dia. Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer um relato sobre o projeto de lei que eu apresentei hoje. Por conta de a Sessão estar bem movimentada, deixei para o final. Só quero registrar que esse projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação visível dos produtos que contenham glúten, no cardápio dos estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul. Esse é um projeto importante, pois convivo com isso na prática, porque tenho um filho celíaco. Se ele comer alguma coisa com glúten sofre alergia e já não consegue mais se alimentar bem. Há vários níveis dessa alergia, mas quando você vai num restaurante não consegue identificar no cardápio os vários itens que podem ou não comer. Assim é preciso chamar o gerente do estabelecimento, que vai até a cozinha conversar com o responsável pela alimentação. Então esse projeto visa à possibilidade de identificar no próprio cardápio se o alimento contém ou não glúten. O glúten é uma proteína que existe na farinha de trigo e em vários outros produtos. Então esse projeto dá oportunidade para que as pessoas que têm alergia, que são celíacos, possam ter confiança naquilo que estão consumindo, evitando passar mal. Alguns restaurantes, principalmente internacionais, como Madero e Outback, já têm essa prática em outros países. No cardápio tem um símbolo que mostra identificação de zero glúten, o símbolo parece um cachinho de trigo com uma sinalização “gluten free”, zero glúten. Esse projeto de lei atende à reivindicação de várias famílias que têm dificuldade de identificar se o alimento no restaurante tem ou não glúten. Eu tenho convicção de que os nobres colegas deputados serão favoráveis, porque essa lei vai beneficiar a nossa população, principalmente aos que têm alergia ao glúten. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Mais uma vez registramos o Dia do Taquígrafo. Obrigado, e parabéns a todos, especialmente os servidores da Casa. Não havendo nada mais a ser tratado, esta Presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (10h18min).